

PÓS-GRADUAÇÃO PARA BIBLIOTECÁRIOS: EDUCAÇÃO EM PERMANÊNCIA

POSTGRADUATE STUDIES FOR LIBRARIANS: EDUCATION FOR LIFE.

Jemima Marques de **Oliveira**¹

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa faz parte de uma linha teórica que vem se delineando no *Curso de Mestrado em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (CMCI/UFPB)*, na busca de aprofundar os laços interdisciplinares com a Educação. Seguindo a vertente Educação e Biblioteconomia e mais especificamente da educação profissional, elegemos como tema de pesquisa, o bibliotecário, sujeito de nosso estudo e sua educação permanente como categoria de análise. O primeiro por entendermos que qualquer proposta para promover o desenvolvimento sócio-econômico, cultural e político da região Nordeste, através de serviços e redes de informação, deve considerar a realidade da categoria profissional que a executa. E, a educação permanente, pela emergência do debate em torno do processo de qualificação-desqualificação decorrente da anunciada revolução informacional.

Assim, partindo da premissa de que o processo educacional é infinito, que todo profissional necessita de atualização constante no seu cotidiano profissional e ainda, que o ensino formal da graduação não é suficiente para a formação integral diante das qualidades exigidas pelo mercado de trabalho capitalista, situamos o marco teórico nos conceitos de qualificação e profissionalização.

Quanto sabemos sobre o profissional que formamos? Quantos ex-alunos ou colegas podemos reencontrar satisfeitos e motivados com a profissão? Quais dificuldades terá enfrentado em sua prática profissional cotidiana? Com que frequência os bibliotecários recorrem às instituições formais de ensino, notadamente aos cursos de pós-graduação (especializações, mestrados, doutorados), para ampliar seus conhecimentos técnicos e da realidade social em que atuam? Haverá mudanças no cotidiano profissional dos que receberam tal formação, já que estão mais qualificados? Quais os meios que utilizam para manter a sua auto-educação?

Tais indagações norteiam o objetivo de conhecer e analisar como a pós-graduação, enquanto projeto de educação permanente ou continuada, contribui para mudar a prática cotidiana dos bibliotecários, entendendo que o conhecimento adquirido nesse nível, possibilita ao profissional uma macrovisão do seu fazer, na perspectiva da sociedade da informação, que deve gerar mudanças também no seu micro-espaço – na empresa e no plano individual. Assim, aprofundamos a pesquisa bibliográfica, sob o enfoque da Sociologia do Trabalho, buscando caracterizar a sociedade da informação como parte de

¹ Aluna do *Curso de Mestrado em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (CMCI/UFPB)*.

um processo histórico de desenvolvimento, que gera mudanças na concepção do trabalho e na qualificação da classe trabalhadora.

2 A REVOLUÇÃO INFORMACIONAL E A REESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

As transformações decorrentes da expansão do conhecimento e da informação, quando consideradas vitais para o desenvolvimento das forças produtivas e sociais, apresentam pelo menos três imposições preliminares para a Educação:

- Todo profissional, por natureza, tem necessidade de adaptar-se às transformações que ocorrem no mundo, principalmente naquilo que afeta a sua área de atuação. Ao mesmo tempo, a concorrência imposta pelo modo de produção capitalista, no qual apenas os profissionais capacitados são absorvidos, impõe uma exigência imperativa de reciclagem e atualização constante.
- A informática e o uso do computador em escala sistemática nos domínios técnico, econômico e social, vêm transformar radicalmente as funções das profissões. O desenvolvimento iniciado com a Revolução Industrial avança de tal forma, que 50% das profissões hoje não existiam até o princípio do século (Faure et al., 1975, p.130), o que implica um mercado de trabalho em constante transformação e uma corrida sem precedentes à qualificação profissional.
- O compromisso do profissional quanto às novas demandas que se lhe apresentem e a necessidade de atendê-las de acordo com suas particularidades. A demanda das classes menos favorecidas por informação e o seu pronto atendimento, então, devem ser considerados tanto quanto as demandas dos sofisticados centros de pesquisa, o que exige um profissional tecnicamente qualificado e politicamente consciente.

No caso específico dos bibliotecários, observa-se que enquanto categoria profissional, tem sido afetada por tais imposições, principalmente por aquelas que têm por paradigma a sociedade da informação e do conhecimento, na qual a telemática e as novas tecnologias, redes optoeletrônicas interativas possibilitam um rápido acesso a informação, resultando em mudanças tanto na biblioteca ou unidade informacional, quanto na ação profissional, embora mantendo sua prática de mediador entre a informação e o usuário.

Isto posto, o profissional da informação deve estar, pelo menos em tese, apto a conviver com as bibliotecas sem paredes (virtuais), inteligência artificial, redes de sistemas nacionais e internacionais de informação, hipermídia e novas técnicas de geração, coleta, codificação, armazenagem, recuperação, manipulação, distribuição, avaliação e promoção da informação, na perspectiva de atender às necessidades do usuário e também do não usuário, do não leitor, dadas as características sócio-econômicas do Brasil.

Guimarães (1997) ao tecer considerações sobre a urgência de se repensar a formação profissional do bibliotecário, para que esse venha a ser um *Modern Information Professional* (designação adotada pela *Federação Internacional de Documentação* (FID) que engloba as profissões de administradores, arquivistas, analistas de sistemas, contadores, bibliotecários, museólogos e ainda jornalistas) afirma que este deverá ser um *profissional holístico*, atento e flexível às mudanças e com maior amplitude de conhecimentos e habilidades.

Para Cysne (1993), esse profissional deve ser um agente multiplicador das identidades e manifestações culturais, integrando sua prática a um contexto social ampliado no qual sua função social, deve estar nessa interrelação, de auxiliar os processos de geração e uso de informações, que levarão o cidadão a um maior conhecimento de si mesmo e de sua realidade e, conseqüentemente a uma maior participação em seu contexto social. Araújo (1998). Essas características pressupõem então, uma consciência crítica da extensão social de seu trabalho.

As mudanças previstas com o paradigma científico e tecnológico, expresso nas teses da sociedade pós-industrial ou pós-moderna, ao tornar disponível a informação para todos, apresenta o conhecimento como capaz de eliminar as desigualdades e diferenças entre os homens, levando a todos a tão almejada vida de bem estar social. Nesse ambiente da sociedade do conhecimento, acredita-se ainda que a intelectualização do trabalho pode gerar um processo de união entre o pensar e o fazer, que torna possível a humanização do trabalho, perdida com a industrialização. (Ponce, 1985, Albornoz, 1994).

Para alguns teóricos será o fim da sociedade de trabalho, da classe trabalhadora e para outros até da classe capitalista, já que a maioria dos empregos será devorada pela automação, não apenas as categorias menos qualificadas, mas também entre engenheiros e técnicos, homens de negócios, ou como prefere Antunes (1997) toda a classe-que-vive-do-trabalho. A crise atinge não só a materialidade dessas classes, mas repercute profundamente na sua subjetividade, afetando também sua forma de ser. A diminuição da demanda de trabalho, com o gradual desaparecimento do trabalho e das classes sociais do capitalismo, trabalhadores e capitalistas, faz surgir “*um estrato social integrado por cientistas, engenheiros, técnicos, administradores, que se incumbirão do funcionamento e dos progressos da indústria e dos serviços*” (Shaff, 1993, p.44).

Lojkin (1995) que também acredita na tendência irreversível da desqualificação dos empregos burocráticos em função da informática (a exemplo de datilógrafos, auxiliares de escritório) e no crescimento dos empregos mais qualificados, como documentalistas, gestores de bancos de dados, analistas, engenheiros-programadores e pesquisadores, entre outros, ressalta, que a divisão social entre os que pensam e os que executam, permanecerá. Para esse autor, emergindo da divisão da sociedade de classes, a revolução informacional deverá ultrapassá-la, através de novas relações, e não da substituição, que se estabelecerá entre produção e informação. Processo que significa muito mais que uma reprofissionalização do trabalho operário (polivalência, formação qualificadora pluridisciplinar, e responsabilização), ou uma clivagem entre o setor secundário e terciário (tese dos três setores), ou entre produção e serviços.

Para a Educação, o maior desafio, seja para países desenvolvidos, ou para os subdesenvolvidos, onde coexistem princípios da revolução industrial e do surgimento de funções de informação, será o de formar profissionais com capacidade de julgamento e decisão, “*uma qualificação de alto nível, vinculada a uma verdadeira cultura geral crítica*” (Lojkin, 1995, p. 268), principalmente para “aprender a aprender” e inovar.

Nesse contexto, o ideal de uma educação permanente, ou continuada, cujo conceito antropológico de maturação, em que a aprendizagem só se efetua até certa idade, e o conceito sócio-econômico, segundo o qual a bagagem intelectual ou técnica adquirida no ensino regular formal é suficiente para toda uma existência, estaria superado, se coadunando perfeitamente com as necessidades da sociedade para efetivação da revolução informacional que, ao gerar um processo coletivo de qualificação (para produção industrial

e de serviços) transfere para a educação o papel de formar os trabalhadores dessa nova sociedade.

3 EDUCAÇÃO PERMANENTE E A FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO

Concebendo a Educação como processo social de alcance global, determinado pelas necessidades de reprodução da sociedade (Paiva, Rattner, 1985) ou como prática social cujo objetivo é

“o desenvolvimento do que na pessoa humana pode ser apreendido entre os tipos de saber existentes em uma cultura, para a formação de tipos de sujeitos, de acordo com as necessidades e exigências de sua sociedade, e em um momento da história de seu próprio desenvolvimento” (Brandão, 1981, p.74)

podemos perceber, porque a educação existe sob tantas formas e é praticada em situações tão diferentes, parecendo às vezes invisível, à menos que se pratique na instituição escolar.

O conceito de educação permanente, oficialmente concebido em 1960, durante o Congresso Mundial de Educação de Adultos, realizado no Canadá (Collet, 1976), tem seus princípios disseminados a partir de um minucioso estudo sobre a educação contemporânea, realizado em 1972, por uma comissão internacional e coordenada pela *Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura* (UNESCO), cujo resultado, o Relatório Aprender a Ser apresentava propostas para a educação permanente dos países desenvolvidos, e daqueles em desenvolvimento (Faure et al., 1975).

Furter (1979, p.136) filósofo e pedagogo suíço e principal disseminador dessa teoria no Brasil, onde residiu na primeira metade da década de 1960, definiu a educação permanente, em um amplo contexto de reflexão, como:

“uma concepção dialética da educação , como um duplo processo de aprofundamento tanto da experiência pessoal , quanto da vida social global, que se traduz pela participação efetiva, ativa e responsável de cada sujeito envolvido , qualquer que seja a etapa da existência que esteja vivendo”.

Mais que habilidades, hábitos e conhecimentos que o homem deve adquirir para serem repetidos ao longo da vida, a educação é um processo de mudança, no qual o homem se desenvolve, informando e transformando a si mesmo, os demais e o meio em que vive. (Furter, Buitrón, 1969).

Esse modelo de educação para um mundo novo, aplica-se não apenas a atividades profissionais mas a toda a práxis humana: cívica, social, cultural e política. Mais que reformular o sistema educacional, conceber a pedagogia e a andragogia no contexto da educação permanente, o que pressupõe investimento econômico necessário e urgente nesse sistema, composto por escolas, universidades, instituições extra-escolares, empresas, associações voluntárias, atividades culturais voluntárias, instituições de lazer, rádio, televisão, imprensa e instituições de difusão cultural (Deleón, 1969, Schwartz, 1969, Trigueiro, 1969, Furter, 1979).

Entretanto, se o surgimento da historicidade e da temporalidade, como conceitos fundamentais para a compreensão da sociedade e sua reprodução, trazem um sentido de renovação para a Educação, por outro lado, é também considerada um ideal utópico. Ou uma educação do tipo “não muito realizável” por não considerar as condições impostas pelo capitalismo tardio dos países dependentes, periféricos, subdesenvolvidos, em que a análise da Educação deve ser centrada nos vínculos entre a produção e a qualificação, na perspectiva de suas estruturas sociais e da especificidade do processo de acumulação. (Paiva, Rattner, 1985). Acrescentam ainda, o alto nível de generalidade, que transforma a educação permanente em resposta para todo tipo de problema gerado para os sistemas educacionais. “*Fatores que vão desde o desenvolvimento da ciência moderna ou prolongamento do tempo de lazer à luta de classes e às guerras de libertação*”. (Paiva, Rattner, 1985, p.19).

Ademais, que disseminado pela UNESCO, para todos os países desde a década de 1970, a educação permanente, complementava as propostas para o planejamento educacional desse órgão como produto da Economia da Educação, ressaltando-se que esse modelo de uma educação dinâmica e permanente, apoia-se na situação econômica e educacional dos países membros daquele órgão internacional.

As contradições inerentes ao modo de produção capitalista e à educação continuada, também fazem parte dos estudos de Gadotti (1987). Este em *A educação contra a educação* a considera uma ideologia desideologizadora e despolitizadora. Paulo Freire, no prefácio desse estudo diz que deveria mesmo ser “*educação em permanência*” e não educação permanente: “*Na verdade, faz parte da essência do ser da educação a permanência. O adjetivo permanente juntado a ela não é só uma redundância, mas o que é pior, uma distorção.*” (Freire apud Gadotti, 1987, p.16). Mesmo assim, Gadotti pondera em suas conclusões, que a educação permanente é uma tendência histórica real e que portanto os educadores não devem ser ingênuos. “*Por outro lado, temos que nos perguntar, como professores, o que fazer diante de tudo isso, como fazer disso uma oportunidade, uma ocasião, para experimentar outra coisa*”. (Gadotti, 1987, p.165).

O que observamos na realidade, é que a educação permanente apesar das críticas já empreendidas, tem-se evidenciado cada vez mais como projeto educacional e como pensamento pedagógico nacional. Britto (1991) defendendo que não há receita ou modelo ideal para uma educação permanente, cujo conceito ainda está em elaboração, sugere apenas que se evite a sua apropriação distorcida em favor de objetivos que lhe repelem sem entretanto negá-lo enquanto proposta. Na realidade, da proposta inicial, que implicava uma desinstitucionalização da educação, emergiu uma estrutura de caráter institucional, envolvendo não apenas as escolas mas também associações e empresas. (Collet, 1976, Nocetti, 1984, Macedo, 1985).

As associações foram envolvidas, por sua necessidade de manter o padrão de qualidade da categoria e as empresas passaram a promover a reciclagem de seu pessoal, como condição indispensável para acompanhar o processo tecnológico da industrialização e dos serviços modernos, transformando-se em “*espaço de aperfeiçoamento contínuo*”, onde só permanecem os generalistas, caracterizados como aqueles de “*tendência empreendedora, constante busca de atualização, os preparados e dispostos a assumir funções polivalentes (...) cuja base de conhecimentos os tornam versáteis para exercer diversificadas responsabilidades*”. (Azevedo, 1997, p.41).

Esse perfil, se assemelha com as três linhas de ação, definidas por Guimarães (1997) sobre às quais deve estar centrada a ação do Moderno Profissional da Informação:

- “*Gerência de unidades (e sistemas) de informação, onde o MIP, em um contexto administrativo, está diretamente envolvido com o ambiente informativo, o staff informativo e os recursos informativos, dando-lhes coesão e coerência. Para tanto, interfaces com a Administração, a Economia, e a Psicologia emergem como necessárias à atuação do profissional.*”
- Tratamento da informação, ou o fazer documentário que envolve “*atividades de descrição física, análise temática, arranjo arquivístico, condensação e representação temática (indexação)*”, ou seja, o profissional agindo como ponte entre a fonte e o usuário.
- Ação social, por ser “*um momento em que se questiona a exacerbação do tecnicismo profissional, não pode o MIP ficar alheio à realidade social em que se insere. Dessa forma, sua atuação como cidadão - e como elemento que contribuíra para a formação da cidadania- é fundamental. De nada adianta gerir e tratar a informação se ela não está voltada para objetivos coerentes com a realidade social em que se insere*”. (Guimarães, 1997, p.128-129).

Em Congressos, Simpósios, Seminários, artigos de periódicos, ou mesmo em reportagens sobre o trabalho contemporâneo é fácil constatar a atualidade do uso da expressão educação permanente ou educação continuada como solução para o desemprego, para o ócio (lazer), etc., e os programas de treinamento e reciclagem nunca estiveram tão em voga na educação brasileira.

A revisão histórica do processo de profissionalização do bibliotecário, do momento em que passa de ocupação de tempo integral até a adoção do código de ética, nos permite afirmar que o trabalho de zelar pela herança cultural registrada das sociedades, continuará a ser necessário na sociedade da informação. (Mostafa, 1996, Sánches Gamboa, 1997). Porém para acompanhar e sobreviver nesse momento histórico enquanto categoria, deve superar uma realidade da qualificação adquirida nos cursos de graduação mostra-se distanciada das necessidades sociais, e o bibliotecário do perfil esperado do Moderno Profissional da Informação. O impacto das tecnologias da informação na profissão, tem sido considerado principalmente em seu aspecto técnico, sem que as tecnologias façam parte de um contexto social, que modifica a estrutura de todas as profissões, gerando um processo de qualificação-desqualificação do trabalho, oriundo das profundas mudanças das forças produtivas, constituídas pelos meios de produção e força de trabalho dos homens.

Nesse sentido a educação permanente, surge na Biblioteconomia brasileira, vinculada a propostas de qualificação profissional, cujo desenvolvimento é atribuído tanto à motivação e consciência individual, quanto às instituições educacionais, culturais e empresariais. (Nocetti, 1984, Macedo, 1985, Martucci et al. 1990).

No contexto internacional, principalmente no caso dos países desenvolvidos, registra-se um trabalho bastante ativo por parte das associações com a educação continuada, como pode ser observado na revisão de literatura realizada por Cooper, Lunin (1989) para o *Annual Review of Information Science and Technology* (ARIST), ou ainda em Nocetti (1984) e Macedo (1985). Nos Estados Unidos, por exemplo, algumas associações instituíram comitês exclusivos para essas atividades. A *Medical Library Association* (MLA) estruturou seu primeiro comitê em 1962 e, desde 1976, possui um

sistema de créditos reconhecido nacionalmente. A *American Association of Law Libraries*, por sua vez, dispõe de um comitê dedicado ao desenvolvimento dos bibliotecários atuantes em instituições da área jurídica.

No Brasil, embora não haja um trabalho sistemático, as associações têm promovido um relativo número de atividades. Exemplo disto são as Jornadas Estaduais (RGS, SC, SP), Encontros de Comissões Permanentes da *Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários* (FEBAB), os Grupos de Trabalho ou Estudo vinculados à cada Associação Regional, os cursos de curta duração, além dos *Congressos Brasileiros de Biblioteconomia e Documentação* (CBBDs), realizados até hoje. Inclusive, o XI CBBd, realizado em João Pessoa em 1982, teve como tema central “Biblioteca e Educação Permanente”, enquanto o XVI CBBd realizado em 1991, em Salvador, dedicou ao assunto um de seus subtemas.

4 A PÓS-GRADUAÇÃO COMO INDICADOR DE QUALIFICAÇÃO

Entendemos que a educação permanente, deve envolver não apenas programas de treinamento e reciclagem para qualificação profissional, mas também deve gerar no indivíduo um processo, assistido e orientado de autodidaxia, aprender a aprender, para que ele possa continuamente autoformar-se e capacitar-se para ser agente de seu desenvolvimento pessoal e conseqüentemente social. (Collet, 1976; Lojkine, 1995). Que a escola, como agência educacional, apesar dos usos escusos que são feitos dos seus ideais e de suas práticas por interesses políticos de dominação (Brandão, 1981), é o lugar ideal para uma ação educacional desse porte, por proporcionar uma série de recursos necessários para essa autodidaxia, entre os quais centros de formação, bibliotecas, laboratórios, tecnologias de comunicação e informação. (Faure et al., 1975).

Concluimos que esse processo de autodidaxia, deve gerar um exercício unitário do pensar e do fazer, necessário para a dignificação e humanização do trabalho. Trabalho que deve se pautar em critérios humanos ao decidir sobre o que, como e para que fazer e não exclusivamente em critérios econômicos. (Aranha, 1997).

Nesse sentido, a universidade (mesmo entendendo que a educação permanente é um processo contínuo de desenvolvimento individual que se realiza, não só na escola, mas em todos os setores da sociedade), enquanto instituição integrante do sistema escolar de ensino formal, responsável pelo ensino superior, tem sido uma das agências, melhor, o espaço privilegiado, para o desenvolvimento de uma educação profissional em permanência.

E no ensino universitário, a pós-graduação (especializações, mestrados e doutorados), se apresenta como o nível em que o profissional (já graduado) deverá tomar consciência da importância e necessidade desse processo de autodidaxia. Apesar da crítica inerente ao sistema educacional e em especial às universidades federais, a pós-graduação no Brasil, tem contribuído significativamente para o aumento de titulação, principalmente de pesquisadores, em todas as grandes áreas do conhecimento.

Esse fato confirma-se pelos mais de 1.700 cursos de pós-graduação, em praticamente todas as áreas, quase 10.000 estudantes titulados por ano, sendo 2.000 destes doutores (Guimarães, Caruso, 1997). Apesar dos irrelevantes investimentos se considerarmos além da capacitação docente, um mercado de trabalho não-acadêmico que tem se revelado nas duas últimas décadas, é incontestável que o indivíduo pós-graduado, tem mais possibilidades de absorção tanto na iniciativa privada quanto na pública. Considerado profissional altamente capacitado espera-se dele, tanto o domínio técnico e

teórico de sua área, quanto um conhecimento geral, uma visão holística do mundo. Nesse estágio de sua vida está cada vez mais consciente da necessária condição de permanência da educação e de sua liberdade para aprender.

Por isso acreditamos que a pós graduação em Biblioteconomia, é o espaço educativo propício para gerar esse processo de autodidaxia, devendo ser estimulada enquanto prática educacional permanente entre os bibliotecários. Esse estímulo torna-se mais urgente na medida em que observamos na literatura, um cenário onde as associações se ressentem da participação dos bibliotecários em suas atividades. (Almeida Júnior, 1985). Bibliotecários que foram considerados por Polke (1976) como “*aves de vôo curto*”, que percebendo baixos salários (Polke, 1976, Almeida Júnior, 1985, Romanelli, 1985) e desempenhando funções de atendimento ao usuário, catalogação, classificação e organização dos catálogos, não consideram o despreparo profissional como dificuldade para o seu desempenho. Araújo, Albuquerque (1993), por exemplo, constataram que 65% dos bibliotecários paraibanos consideravam os conhecimentos adquiridos no curso de Biblioteconomia relacionados ao trabalho que desenvolviam.

Do mesmo modo, observa-se que as funções de gerenciamento são tímidas quando comparadas às de atendimento ao usuário (referência, empréstimo) e ao processamento técnico da informação, embora evidenciem-se como demanda premente nas organizações (Robredo, 1984, ABEED, 1985, Botelho, Côrte, 1987, Vieira, 1990, Guimarães, 1997).

Assim, objetivando diagnosticar especificamente, a realidade da qualificação dos bibliotecários atuantes nos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, através de amostragem, recorreremos ao questionário como primeiro instrumento metodológico, onde a partir de variáveis de **identificação sócio - profissionais** (sexo, faixa etária, estado civil, tipo de empresa onde atua e tempo de trabalho, carga horária semanal, faixa salarial, empregos anteriores e participação em movimentos sociais), variáveis de **qualificação** (formação acadêmica e domínio de idiomas) e variáveis de **atualização profissional** (atividades de formação, financiamento, recursos para atualização, produção intelectual e percepção da realidade sócio - profissional), esperamos conhecer mais da formação e atuação do profissional nordestino.

Coletados e analisados os dados (técnica de Survey) nosso estudo prossegue, com a aplicação de entrevista semi-estruturada, a uma amostra preestabelecida de 10% dos respondentes especialistas, mestres e doutores, na perspectiva de conhecer quais mudanças ocorreram no seu cotidiano profissional após a conclusão do curso e se estes desenvolvem autodidaxia, tendo como indicadores as funções desempenhadas, posição e responsabilidade na organização, incentivos pessoais e organizacionais, assim como percepção crítica de seu trabalho (posição da profissão e do profissional na sociedade).

Esperamos assim, contribuir para a ampliação e fortalecimento dos cursos de formação universitária, *stricto* e *lato-sensu*, em Biblioteconomia e Ciência da Informação, como condição indispensável para que os bibliotecários se qualifiquem para as mudanças estruturais de seu trabalho na sociedade da informação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho?* 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 102p.
ALMEIDA JÚNIOR, Osvaldo F. de. Mercado de trabalho. *Rev. Bras. Bibliotecon. Doc.*, São Paulo, v.18, n.1/2, p.62-77, jun.1985.

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 155p.
- ARANHA, Maria L. de Arruda. *Trabalho em debate*. São Paulo: Moderna, 1997. 143p. Trabalhar pra quê?
- ARAÚJO, Eliany A. de. *Perfil profissional do bibliotecário brasileiro: a construção de novos paradigmas*. João Pessoa: UFPB/CMCI, 1998. 14p.
- _____, ALBUQUERQUE, M. E. B. C. de. *Mercado de trabalho do bibliotecário em João Pessoa PB: necessidades, características e tendências*. João Pessoa: UFPB/DBD, 1993.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. *Pressupostos para a avaliação do ensino de Biblioteconomia no Brasil*. Recife: ABEBD, 1985. 10p.
- AZEVEDO, Fernando B. A educação e o mundo do trabalho. *Diário de Pernambuco*, Recife, 3 ago. 1997. p.41.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 1981. 116 p.
- BOTELHO, T.M.G., CORTE, Adelaide Ramos e. O mercado de trabalho profissional da informação na área de biblioteconomia na região Centro-Oeste. *Rev. Bibliotecon. Brasília*, Brasília, v.15, n.2, p.249-184, jul./dez.1987.
- BRITTO, Luiz Navarro de. *Educação: reflexões que transcendem tempos e espaços*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991. 107p.
- COLLET, Heloisa Gouvea. *Educação permanente: uma abordagem metodológica*. Rio de Janeiro: Serviço Social do Comércio, 1976. 111p.
- COOPER, M., LUNIN, L.F. Education and training of the information professional. *Annual Review of Information Science and Technology*, [s. l.], v.24, p.295-341, 1989.
- CYSNE, Fátima Portela. *Biblioteconomia: dimensão social e educativa*. Fortaleza: Ed. UFC, 1993.
- DELEÓN, A. Conceito atual de educação permanente e seu planejamento. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v.51, n.113, p.19-31, jan./mar. 1969.
- FAURE, Edgar et al. *Aprender a ser: la educación del futuro*. 4. ed. Madrid: Alianza Editorial, 1975. 426p.
- FURTER, Pierre. *Educação e vida*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1979. 191p.
- _____, BUITRÓN, Aníbal. Educação permanente na perspectiva do desenvolvimento. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v.51, n.113, p.63-93, jan./mar. 1969.
- GADOTTI, Moacir. *A educação contra a educação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 172p.
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Moderno profissional da informação: elementos para sua formação no Brasil. *Transinformação*, Campinas, v.9, n.1, p.124-137, jan./abr. 1997.
- GUIMARÃES, Reinaldo, CARUSO, Nádia. Capacitação docente: o lado escuro da pós-graduação. *Infocapes: Boletim Informativo*, Brasília, v.5, n.1, p.7-18, 1997.
- LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.
- MACEDO, Neuza Dias de. Reflexões sobre “educação contínua para o bibliotecário”. *Rev. Bras. Bibliotecon. Doc.*, São Paulo, v.18, n.1/2, p.52-61, jun.1985.
- MARINHO, Marcelo J.M.C. *Profissões e intervenção do estado*. Rio de Janeiro: Ed. IUPERJ, 1984. 20p.

- MARTUCCI, E.M. et al. Educação contínua do bibliotecário: diagnóstico das necessidades do bibliotecário paulista. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, v.19, n.1, p.19-134, mar.1990.
- MOSTAFA, Solange Puntel. Filosofando sobre a área de informação. In: SIMPÓSIO BRASIL-SUL DE INFORMAÇÃO, 1996, Londrina. *Anais ...* Londrina: UEL, 1996. p.31-63
- NOCETTI, Milton A. Educação continuada para bibliotecários: revisão de literatura. In: MACHADO, Ubaldino (Coord.) *Estudos avançados em biblioteconomia e ciência da informação*. Brasília: ABDF, 1984. v.3, p.13-36.
- PAIVA, Vanilda, RATTNER, Henrique. *Educação permanente e capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 1985.
- POLKE, Ana Maria, et. al. Análise do mercado de trabalho do bibliotecário em Belo Horizonte. *Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, v.5, n.2, p.165-177, set. 1976.
- PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1985. 196p.
- ROBREDO, Jaime, et al. Tendências observadas no mercado de trabalho dos bibliotecários e técnicas de informação nas bibliotecas especializadas do Distrito Federal e qualificações requeridas. *Rev. Bibliotecon. de Brasília*, Brasília, v.12, n.2, p.123-147, jul./dez. 1984.
- ROMANELLI, Maria de Lourdes Côrtes. Mercado de trabalho formal e alternativo do bibliotecário brasileiro. *Rev. Brasileira Bibliotecon. e Doc.*, São Paulo, v.18, n.3/4, p.54- 82, dez. 1985.
- SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. Revolução informacional: pontos de vista para o debate sobre a sociedade da informação. *Transinformação*, Campinas, v.9, n.1, p.32-42, jan./abr.,1997.
- SCHAFF, Adam. *A sociedade informática*. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1993. 157p.
- SCHWARTZ, B. Reflexões sobre o desenvolvimento da educação permanente. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v.51, n.113, p.41-60, jan./mar. 1969.
- TARAPANOFF, Kira. *Perfil do profissional da informação no Brasil*; diagnóstico de necessidades de treinamento e educação continuada. Brasília: IEL, 1997. 134p.
- TRIGUEIRO, Durmeval. Um novo mundo, uma nova educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v.51, n.113, jan./mar. 1969.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Curso de Mestrado em Ciência da Informação. *Catálogo de dissertações: 1980-1998*. João Pessoa: 1999. 60p.
- VIEIRA, Anna da Soledade, et al. Demanda de mercado por gerentes de recursos informacionais. *Rev. Esc. de Bibliotecon. da UFMG*, Belo Horizonte, v.19, n.2, p.295-306, set. 1990.